

## **1. Identificação da entidade**

### **1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: Associação Social e Cultural de S. Nicolau

Sede : Rua da Reboleira, 59

4050-492 PORTO

Endereço eletrónico: ascsnicolau@sapo.pt

Natureza da atividade: Atividades de apoio social com alojamento

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Referencial contabilístico usado**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### **- Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **- Regime de periodização económica (acrécimo)**

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

#### **- Material de agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

#### **- Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a segunda-feira, 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

#### **3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

**Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis**

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

**4. Fluxos de caixa****4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Caixa e depósitos bancários</b>		
Caixa	10,00 €	833,55 €
Depósitos à ordem	375 572,20 €	65 945,07 €
Depósitos a Prazo	337 152,12 €	337 152,12 €
<b>Total Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>712 734,32 €</b>	<b>403 930,74 €</b>

**5. Clientes conta corrente e fornecedores conta corrente**

A Entidade detinha, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os seguintes saldos na conta de clientes e fornecedores.

Descrição	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017	Saldo devedor 2016	Saldo credor 2016
Clientes e utentes C/C	35 035,12 €	17 546,11 €	33 574,34 €	
<b>Total</b>	<b>35 035,12 €</b>	<b>17 546,11 €</b>	<b>33 574,34 €</b>	
Fornecedores		10 836,03 €		9 150,32 €
<b>Total</b>	<b>- €</b>	<b>10 836,03 €</b>	<b>- €</b>	<b>9 150,32 €</b>

**6. Impostos e contribuições****6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

Descrição	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017	Saldo devedor 2016	Saldo credor 2016
Iva a recuperar - Obras	3 024,51 €		1 105,17 €	
Retenção de impostos sobre rendimentos		1 730,33 €		1 565,93 €
Contribuições para a Segurança Social		7 190,87 €		6 686,11 €
Fundos de Compensação		45,06 €		53,57 €
<b>Total</b>		<b>8 966,26 €</b>	<b>1 105,17 €</b>	<b>8 305,61 €</b>

**7. Outras contas a receber e a pagar**

As rubricas “outras contas a receber e a pagar” tinham, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
<b>Outras contas a receber</b>		
Talho Primor		6,18 €
PT Comunicações	141,30 €	141,30 €
Águas do Porto	99,76 €	99,76 €
Utentes - Farmácia	1 399,59 €	1 133,02 €
António Paranhos		1,80 €
M <sup>a</sup> Deolinda Carneiro		78,57 €
Devedores Diversos		2 236,70 €
Bernardino Moreira		2 315,94 €
<b>Total</b>	<b>1 640,65 €</b>	<b>6 007,09 €</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Remunerações a Liquidar -Férias e Subs. Férias	48 544,54 €	50 219,84 €
EDP	1 440,95 €	702,81 €
Multimac	8,70 €	
Maria Carmo	1 257,00 €	
Donativo	56,41 €	
António Pedroso		271,35 €
Álvaro Silva		110,00 €
Margarida Aguiar		318,50 €
Maria Lasalete		29,40 €
Nuno Reis		364,49 €
José Gouveia		1 489,14 €
Maria Gregório		115,30 €
Maria Flor Silva		73,30 €
Maria Fernanda Rodrigues		18,17 €
Violeta Mota		791,13 €
Adelaide Mota		348,41 €
Catarina Moreira		515,89 €
Júlia Alves		9 781,27 €
Ermelinda Silva		623,17 €
Laurinda Verdade		2 571,88 €
J.L. Fonseca		250,00 €
Jorge Vilarinho		378,00 €
Ana Ribeiro Brito		286,06 €
Inês Pinto		413,20 €
Eva Araújo		72,31 €
Ana Baptista		270,00 €
Farmácia-Utentes	1 222,50 €	946,95 €
Alice Alves Machado	18,47 €	49,96 €
<b>Total</b>	<b>52 548,57 €</b>	<b>71 010,53 €</b>

**8. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	898,28 €	166,12 €
C.M. Porto - Renda		32,44 €
<b>Total</b>	<b>898,28 €</b>	<b>198,56 €</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>

**9. Inventários**

**9.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:**

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2017	2015
Saldo inicial	842,30 €	1 100,09 €
Compras	54 470,96 €	51 941,72 €
Reclassificação Regularização Inventário	15 925,84 €	13 632,62 €
Saldo final	886,84 €	842,30 €
<b>Gastos do período</b>	<b>70 352,26 €</b>	<b>65 832,13 €</b>

**10. Ativos fixos tangíveis**

Divulgação sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transf.	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	50 000,00 €		50 000,00 €		- €
Edifícios e outras construções	260 265,90 €		21 525,25 €		238 740,65 €
Equipamento básico	162 589,56 €	18 950,47 €			181 540,03 €
Equipamento Transporte		1 320,50 €			1 320,50 €
Equipamento administrativo	36 157,36 €	1 040,57 €			37 197,93 €
AFT em curso	4 797,00 €			4 797,00 €	- €
<b>Ativo Fixo Tangível Bruto</b>	<b>513 809,82 €</b>	<b>21 311,54 €</b>	<b>71 525,25 €</b>	<b>4 797,00 €</b>	<b>458 799,11 €</b>
Edifícios e Outras Construções	115 888,94 €	4 774,81 €	21 525,25 €		99 138,50 €
Equipamento básico	159 889,04 €	4 345,57 €			164 234,61 €
Equipamento administrativo	35 595,02 €	447,60 €			36 042,62 €
Outros AFT					- €
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>311 373,00 €</b>	<b>9 567,98 €</b>	<b>21 525,25 €</b>	<b>- €</b>	<b>299 415,73 €</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>202 436,82</b>				<b>159 383,38</b>

**11. Fundos patrimoniais**

Nos “fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Inicial	45 645,94 €			45 645,94 €
Resultados transitados	330 370,61 €	4 179,53 €		334 550,14 €
<b>Total Fundo Inicial e Reult. transitados</b>	<b>376 016,55 €</b>	<b>4 179,53 €</b>	<b>- €</b>	<b>380 196,08 €</b>
<b>Outras Variações F. Patrimoniais</b>	<b>180 413,54 €</b>	<b>- €</b>	<b>54 167,96 €</b>	<b>126 245,58 €</b>
Subsídios ao Investimentos	130 413,54 €		4 167,96 €	126 245,58 €
Doação	50 000,00 €		50 000,00 €	- €
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>	<b>556 430,09 €</b>			<b>506 441,66 €</b>



**12. Rédito**

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
<b>Prestação de serviços</b>	<b>276 999,48 €</b>	<b>264 471,31 €</b>
Quotas de utilizadores	276 124,48 €	262 993,96 €
Jóias e Quotizações	875,00 €	1 477,35 €
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>383 760,41 €</b>	<b>27 031,35 €</b>
Proveitos Suplementares		730,05 €
Subsídios ao investimento	4 167,96 €	4 167,96 €
Alienações - Edifício	375 000,00 €	
Donativos	1 892,00 €	8 913,50 €
Corr. Ret. Per. Anteriores		10 725,00 €
Restituição Impostos	2 055,98 €	1 917,50 €
Outros-Descontos obtidos	644,47 €	577,34 €
<b>Juros Dividendos e outros Rendimentos</b>	<b>2 358,11 €</b>	<b>2 358,11 €</b>
Depósitos bancários	2 358,11 €	2 358,11 €
<b>Total</b>	<b>663 118,00 €</b>	<b>293 860,77 €</b>

**13. Subsídios do Governo e outras entidades publicas**

**13.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras**

**13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:**

Descrição	2017				2016		
	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
IPSS, IP (dotações)	não reembolsável			266 951,59			256 488,76
<b>Total IPSS</b>				<b>266 951,59</b>			<b>256 488,76</b>
Banco Alimentar Contra Fome	não reembolsável			10 381,42			11 307,93
Modelo Continente	não reembolsável			6 203,37			
Particulares	não reembolsável			7 052,93			11 307,93
<b>Total Outras entidades</b>				<b>23 637,72</b>			<b>22 615,86</b>
<b>Total de Subsídios</b>				<b>290 589,31</b>			<b>279 104,62</b>

**14. Fornecimentos e serviços externos****14.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos**

Para os períodos de 2017 e 2016 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>Ano 2017</b>	<b>Ano 2016</b>
Trabalhos especializados	34 823,19 €	2 463,04 €
Vigilância e Segurança	50,00 €	60,00 €
Honorários	41 398,67 €	37 802,72 €
Conservação e reparação	28 429,61 €	21 858,93 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 857,13 €	6 221,46 €
Material de escritório	1 679,38 €	2 225,55 €
Artigos p/ oferta	652,75 €	89,90 €
Material didático	704,29 €	350,50 €
Jornais e Revistas	362,01 €	350,00 €
Eletricidade	18 868,59 €	18 948,91 €
Água	4 905,89 €	4 493,88 €
Outros fluidos - gás	6 580,16 €	7 304,63 €
Deslocações e Estadas	1 831,10 €	1 049,00 €
Rendas	457,08 €	322,70 €
Comunicação	2 860,81 €	2 735,64 €
Seguros	302,76 €	289,88 €
Contencioso e Notariado	61,82 €	107,25 €
Despesas de Representação	332,55 €	261,06 €
Limpeza, higiene e conforto	17 892,27 €	16 764,19 €
Encargos c/ saúde dos Utentes e vestuário e calçado	19 373,50 €	21 074,62 €
Outros Serviços	174,83 €	183,16 €
<b>Total</b>	<b>184 598,39 €</b>	<b>144 957,02 €</b>

**15. Outros gastos e perdas**

Para os períodos de 2017 e 2016 os outros gastos e perdas foram os seguintes:

Descrição	Ano 2017	Ano 2016
Taxas e impostos	1 128,72 €	874,14 €
Quotizações	320,45 €	300,00 €
Cor. Rel. Per. Anteriores	731,66 €	516,34 €
Multas		
<b>Total</b>	<b>2 180,83 €</b>	<b>1 690,48 €</b>

**16. Benefícios aos empregados**

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício de 2017 foi de 32, colaboradores

**16.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade**

Descrição	ANO 2017	ANO 2016
<b>Gasto com o pessoal</b>		
<b>Remunerações</b>	<b>286 842,53 €</b>	<b>272 744,61 €</b>
Remunerações Certas	286 842,53 €	272 744,61 €
<b>Remunerações Adicionais</b>	<b>3 197,84 €</b>	<b>2 545,34 €</b>
<b>Indeminizações</b>	<b>8 710,09 €</b>	<b>159,00 €</b>
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>64 007,70 €</b>	<b>60 037,47 €</b>
<b>Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>2 977,45 €</b>	<b>2 142,27 €</b>
<b>Outros Gastos C/ Pessoal</b>	<b>1 946,14 €</b>	<b>1 330,68 €</b>
- Formação	235,00 €	649,82 €
- Apoio Médico	1 589,82 €	19,00 €
- Vestuário e calçado		661,86 €
- Férias n/ Gozadas	121,32 €	
<b>Total Gasto com o pessoal</b>	<b>367 681,75 €</b>	<b>338 959,37 €</b>

## **17. Divulgações exigidas por diplomas legais**

### **17.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais**

#### - Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

#### - Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

## **18. Acontecimentos após data de balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.